



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO TEÓRICA ACERCA DA FEMINILIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Yohana Tôrres Monteiro¹
Jamille Rodrigues Braga²

Resumo: Este artigo é uma reflexão teórica acerca da categoria Gênero, na qual fazemos um recorte específico sobre o perfil dos/das profissionais de Serviço Social, que concretizasse em sua maioria mulheres. Para dar conta desta reflexão, em termos metodológicos optamos por uma abordagem de natureza qualitativa. Realizamos pesquisa bibliográfica e documental de cunho exploratório.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Serviço Social.

Abstract: This article is a theoretical reflection about the Gender category, in which we make a specific clipping about the profile of the Social Work professionals, who concretized mostly women. In order to account for this reflection, in methodological terms we opted for a qualitative approach. We perform bibliographic and documentary exploratory research.

Keyword: Genre. Woman. Social Service.

1. Introdução

Este artigo propõe-se a fazer uma breve explanação sobre as categorias Gênero e Mulher em correlação com o perfil dos/das profissionais de Serviço Social, na qual concretizassem em sua grande maioria profissionais mulheres. Compreende-se que a categoria gênero diferencia-se pelas oposições teóricas, indo além de referências descritivas em relação dos sexos. A partir disto, historiadoras feministas buscaram por formulações teóricas utilizáveis, pois os estudos, de fato, da história das mulheres necessitavam explicar sobre as continuidades e descontinuidades, como também dar conta das diferentes experiências sociais, sendo que estes estudos que ficavam as margens do mundo acadêmico (SCOTT, 1989).

Ainda com o *boom* das ciências sociais, na década de 1960, a história das mulheres ainda era desvinculada das histórias de política e das conquistas sociais. As mulheres ficavam na invisibilidade, sem ocupar o protagonismo social. Submetendo-se, em regra, a uma história que é contada por homens, no qual os homens ganham o papel de destaque (SCOTT, 1989).

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará. E-mail: <yohanatorres17@hotmail.com>.

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará. E-mail: <yohanatorres17@hotmail.com>.

Com o advento do Serviço Social no Brasil, as mulheres começaram a ganhar espaço para o fazer profissional desta profissão em ascensão e até hoje a maioria dos (as) profissionais, são mulheres, o qual Cisne (2004) trata esse processo como a feminilização da profissão. Mas não significa que estas não passaram e nem passam pelas desigualdades e opressões de gênero, em que se dissemina a superioridade do masculino sobre o feminino. De modo que, observa-se fortemente a subalternidade da profissão que comparada com outras, possui e mantém baixos salários no mercado de trabalho.

Beauvoir (1980, p. 14), evidencia que, “[...] os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições [...]”. Seja na política, seja na indústria, o homem ocupa mais lugares e os postos mais importantes, isso vem mudando, mas ainda se mantém prevalente e em um grande exemplo é no nosso país, na qual se tem mais homens do que mulheres na bancada. Beauvoir em seus estudos tentará entender como tudo isso começou, tentará compreender essa dualidade dos sexos, o porquê de um dos lados conseguir impor sua superioridade.

A elaboração deste trabalho fundamentou-se nas pesquisas bibliográfica e documental de cunho exploratório, revisando textos acadêmicos, revistas científicas e jornais, publicações em geral de natureza qualitativa sobre as categorias Gênero, Mulheres e Serviço Social.

2. Uma breve explanação sobre as categorias Gênero e Mulher

A categoria “Gênero” tem em suas origens, a base material da identidade e da construção social do caráter humano, no final dos anos 1960, com as diversas transformações societárias essa temática ganhou espaço nas rodas acadêmicas e nos movimentos feministas. Neste período, as feministas, buscando compreender esta categoria de análise, viram na ideia da constituição social do caráter humano, motivos para questionar as raízes fincadas no determinismo biológico. Dessa forma, o conceito “sexo” colaborou com as tentativas de modificar certas relações sociais vistas como intactas na sociedade (NICHOLSON, 2000).

Para Saffioti (2015) gênero é uma categoria ontológica, que se inscreve no plano da história, embora, não seja vista separada do sexo, fazendo parte da totalidade, que engloba a natureza e o ser social. O ser social não existe sem outras esferas ontológicas. O gênero independe do sexo apenas no sentido de que não se apoia, necessariamente, no sexo para proceder à formatação do agente social.

Seguindo com Nicholson (2000) no início da década de 1970, o conceito gênero foi utilizado para complementar o de “sexo”, não mais para substituir. Mas, para abrir-se um diálogo sobre os termos utilizados de formas distintas. Diante dessa concepção, “o biológico foi assumido como base sobre a qual os significados culturais são constituídos” (NICHOLSON, 2000, p.3). Ressaltamos que, neste período, a palavra gênero poderia ser usada de duas formas distintas: uma em oposição ao sexo, oposição ao que é biologicamente dado, e a outra forma seria a relação com a construção social, tendo a ver com a distinção masculino/feminino, separando os corpos de ambos.

A autora Butler (2003 *apud* PEDRO, 2011) tenta acabar com o sistema binário natureza e cultura e, preserva que o sexo não é dado biologicamente, mas explana os motivos sobre o qual o gênero é construído socialmente. Dessa forma, é o oposto de dado biologicamente, é um tipo ideal regulativo materializado num corpo por meio de práticas normativas reiteradas. Portanto, o gênero é um fenômeno estável e contextual, “mas com um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p.29). Segundo enuncia Osterne: “[...] as mulheres condicionam-se ao ser, às ações, os sentimentos e aos pensamentos da esfera doméstica e da procriação” (2001, p. 129). O que existe são discursos sobre as mulheres, dificilmente discursos das mulheres, suas vivências e experiências.

Acreditamos que o ponto interessante da autora Beauvoir (1980), encontra-se na discussão do caráter biológico, não de forma reducionista. Mas, sim como ela dialoga com a diferenciação sexual e como ela legitima as relações no campo social. A considerar, que a autora discute como os aspectos biológicos, são utilizados pela sociedade, para diferenciar o homem da mulher. Sendo a partir dessa naturalização, que a mulher é vista como inferior. Como afirma a autora: “A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade” (BEAUVOIR, 1980, p.9).

E, complementando, a autora afirma, mesmo que o homem reconheça de forma simpática que homens e mulheres são iguais, eles não compreendem as marcas das discriminações históricas sociais vivenciadas pelas mulheres, que são tão profundas, que parecem ter raízes de natureza original.

A autora Joana Maria Pedro (2011) aborda a categoria gênero e suas transversalidades, a partir de obras de historiadores do Hemisfério Sul, principalmente, no Brasil, Argentina e Bolívia. Ao dialogar com essas obras, a autora supracitada, percebe que nos anos 1970, emergiu a categoria mulher/mulheres, construída como unidade, irmandade e ligada ao feminismo radical. Nos anos 1980, a categoria mulher já aparecia das críticas das mulheres negras e do Terceiro Mundo. Muitas obras lançadas nestes períodos traziam as histórias das mulheres, interligadas com a história do Brasil.

No entanto, para Pedro (2011) foi na década de 1990 que a categoria mulher ganhou destaque, com a publicação da coletânea francesa História das Mulheres no Ocidente, que chegou ao Brasil em 1993. Dessa forma, a significação de falar sobre mulher na história, era uma forma de redimir toda a exclusão feminina perante ao trajeto histórico que focava apenas os homens como protagonistas.

Na interpretação da autora Pedro (2011), acerca do artigo “Gênero, uma categoria útil de análise histórica” de Scott (1990), observa-se uma contribuição importante ao salientar que a própria história constrói a diferença entre os sexos. Pois, como já sabemos, a história não é neutra, sobretudo, quando traz em seu contexto apenas o homem como o “herói” da revolução, ela já está constituindo as relações de gênero. Pedro (2011) assim como a autora Scott (1989) utilizar o termo gênero, mesmo que durante sua obra, a categoria traçada seja a categoria mulher.

Na análise da Pedro (2011), nos estudos pós-estruturalistas e desconstrucionistas, existem uma desconfiança para com a categoria gênero, aponta que tal categoria mantém a diferenciação sexual. Diante disso, gênero foi bombardeado de críticas, com a justificativa que ela reforçaria a dominação masculina. Por esse motivo, observamos que a categoria mulher, passou, novamente, a ser utilizada de forma estratégica, visando uma mobilização política, deste segmento de mulheres.

Para Pedro (2011), dialogar com a categoria mulher, não quer dizer que estamos destruindo seus precedentes. Mas, vislumbramos novos horizontes para analisar a realidade. A grande novidade no hemisfério Sul fica por conta dos estudos pós-coloniais. Diante disso, buscamos, nas contribuições de Piscitelli (2013), os seus estudos que trabalham com as teorias pós-coloniais em parte da produção feminista no Brasil. Já que ela detém-se em um trabalho antropológicos e em estudos sobre os mercados do sexo.

Dessa forma, Piscitelli (2002) explana sobre re-criação da categoria mulher como um fenômeno político, apoiada na construção de teorias, abandonando a referência de gênero como a única opção de análise da categoria mulher. Apresentou, assim, a importância de citarmos diretamente o termo “Mulher” como um posicionamento teórico e político. Diante disso, seguimos para o recorte mais específico, desta reflexão, que é o perfil dos profissionais de Serviço Social.

3. Serviço Social

O Serviço Social tem sua origem no século 19 na Inglaterra, durante a Revolução Industrial. A profissão surge com a função de mediar os conflitos entre a classe trabalhadora

e a burguesia. Tendo em vista, as condições precárias de vida da população que havia emigrado em massa do campo para a cidade. E também, para auxiliar o trabalho da Igreja, na tentativa de aliviar a miséria e assegurar certo poder na sociedade.

No Brasil, a profissão surge na década de 1930, em um contexto próximo ao que aconteceu na Inglaterra no século 19. O Estado passou a legitimar a profissão para utilizá-la como um meio de mediação de conflitos, com o apoio da Igreja Católica para fazer frente aos crescentes problemas sociais (LISBOA, 2010).

Teremos um contexto social, de repressão policial e desejo da classe dominante de conter o avanço do movimento operário. Na qual o Estado e a Igreja, elaboravam estratégias para disciplinar e desmobilizar o movimento do proletariado. Estes, porém, buscavam a luta pela vida e pela sobrevivência, levando-os a avançar em seu projeto organizativo. (MANRIQUE, 2007)

Destacando-se greves gerais em 1917, em São Paulo e em áreas interioranas, que reivindicavam a jornada de oito horas e aumento de salários. Na qual o sindicalismo anarquista combatia frontalmente o Estado, que o reprimia duramente. Em 1919, teremos vários movimentos grevistas no Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro etc, todos fortemente reprimidos. Em 1922, funda-se o Partido Comunista Brasileiro, e no meio de toda essa movimentação, algumas conquistas como a regulamentação dos feriados, legislação sobre habitação popular.

A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante será de uma prática que garanta a reprodução das relações sociais de produção capitalista, para a expansão do capital. De repressão, de controle, de dominação. Sendo bastante útil para a burguesia, para estabelecer o padrão burguês de ser, pensar e agir. Pois assim ajudava no controle social, também ajudava no discernimento da hegemonia do capital como um ideal a ser buscado por toda a sociedade. Procurando naturalizar esse sistema e as práticas de controle.

A Igreja envolvida com a prática social tinha o objetivo de recuperar e consolidar a sua hegemonia, que visavam nessas práticas à unificação da nação brasileira em torno do cristianismo, ajudando o fortalecimento da família operária na fé cristã. Na qual a elaboração dessa resposta global da Igreja, será inspirada nas encíclicas papais, a *Rerum Novarum* e depois substituída pela *Quadragesimo Anno*, que contribuíram para um discurso oficial da Igreja enquanto instituição universal como a única capaz de resolver as consequências do capitalismo, sendo esta contra o socialismo, e ditando comportamentos para cada função na sociedade, sejam para os operários, patrões.

Na década de 1930, teremos a “Revolução de 30”, de modo que a Igreja encontrará um novo espaço para intervir e graças a sua aliança com o Getúlio Vargas que

assumiu a liderança do país, ela conseguirá a disposição do ensino religioso nas escolas públicas, apesar de facultativo, será um modo de influência religiosa, para o controle social e político. Os setores femininos das classes dominantes, que contribuíram para a profissionalização da profissão, estando essas apoiadas pela Igreja, que respaldava a salvação pessoal pela dedicação do apostolado social. Sendo estas damas da sociedade, exemplos dignos de imitação e modelo.

Em 1936, cria-se a Escola de Serviço Social de São Paulo, influenciada pela Ação Católica e pela Ação Social. Recebendo uma missão expressa pelas encíclicas para a “melhoria dos costumes”, junto a família operária, intervindo no matrimônio, na educação dos filhos, na destinação do salário, tratava-se de uma ação para reformar e melhorar os costumes. Sob esta influência católica, funda-se na capital brasileira, a primeira escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, que assim como São Paulo, tinha como meta defender o povo das influências consideradas nocivas. Essas escolas ajudaram no aparecimento de outras escolas brasileiras.

A alienação presente na sociedade capitalista penetrou fortemente a consciência dos agentes sociais, a ponto deles não conseguirem estruturar sua consciência política e social. Eles eram cada vez mais aprisionados pelos tentáculos da alienação, o que tornava difícil o rompimento com essa malha. Os assistentes sociais compunham uma categoria sem identidade profissional própria. A aliança com a burguesia continuava firme e forte, porém essa aliança os afastava da classe trabalhadora.

No final da década de 40, o Estado despontou como o grande empregador de assistentes sociais, na qual aumentava o controle sobre a profissão para não desenvolver um caráter político, democrático e popular. Em 1942, houve o estreitamento de alianças entre o Brasil e o Estados Unidos, Getúlio-Roosevelt. Na qual houve também a aproximação do Serviço Social americano, facilitando o repasse de influência na metodologia dos programas.

Tivemos também o ingresso de pessoas provenientes da pequena burguesia, ampliando o contingente profissional. Seus novos componentes não eram mais movidos por ideais religiosos ou até mesmo da vocação para servir. Eles buscavam qualificação profissional e melhores salários. Resultado de uma busca consciente da superação de atitudes esvaziadas, teremos uma ruptura da alienação. Quando se rompe o invólucro da consciência, não se consegue mais voltar às práticas alienadas, e um mundo revela-se falacioso, ambíguo e enganador, ao ser interrogado criticamente.

Apesar do esforço da burguesia para impor o mundo das aparências. Os assistentes sociais conseguiram romper com a alienação, percebendo o caráter conservador de suas práticas. A consciência crítica dos agentes os permitiram construir sua própria identidade. O Movimento de Reconceituação foi uma causa revolucionária que esses agentes

assumiram, para analisar a situação do Serviço Social no continente latino-americano, tanto no que se refere ao exercício profissional como aos seus fundamentos teóricos. E era uma resposta a crise interna da profissão. Provocada por uma crise estrutural e conjuntural da realidade brasileira. De forma que eles pretendiam consolidar uma nova proposta de prática emancipada para as classes populares.

Porém não obteve um apoio unívoco da categoria. Transformando-se em uma categoria fragmentada, fragilizada e desunida por um tempo. Contudo tornava-se cada vez mais claro a construção de uma nova identidade, revolucionária. A demanda dos assistentes irá crescer durante os anos 60 e 70, concentrando-se no eixo Rio-São Paulo. O objetivo da prática social irá transpor-se para outra dimensão, a superação da sociedade capitalista. E, por fim, a origem do Serviço Social tem como marca profunda o capitalismo, a alienação, a contradição e o antagonismo.

O Serviço Social, como categoria profissional, embasa-se na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e no Código de Ética Profissional (1993), bem como no conjunto de regulamentações profissionais: Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996. E ainda mais, há um permanente compromisso dos profissionais de Serviço Social com a defesa dos direitos humanos, com os interesses da classe trabalhadora, suas organizações e os movimentos sociais. Para concretizar tais posicionamentos, a profissão tem nos pressupostos do materialismo histórico dialético as bases de sustentação das análises críticas sobre o sistema capitalista.

A Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993, regulamenta a profissão e estabelece respectivamente nos seus artigos 4º e 5º, as competências e atribuições privativas do assistente social. As competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional. As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas como matéria, área e unidade do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2009)

Art. 4. Constituem competência do Assistente Social:

- I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos;
- VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CRESS-PR, 2007, p.7)

Art. 5º. Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;

V. –assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII –dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII

– ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CRESS-PR, 2007, p.8) Grifos do autor.

O papel fundamental do Serviço Social em seu fazer profissional é seguir o Código de Ética Profissional de 1993 e incentivar e conscientizar os usuários a buscarem e lutarem pela ampliação dos seus direitos.

Vivemos em uma sociedade capitalista, que tem como objetivo o lucro máximo, o que ocasiona em vários problemas, pois saúde, educação e igualdade não é tratado como prioridade em nossa sociedade. Somente no capitalismo que o modo de produção irá se basear na desapropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente econômicos, desprovidos de propriedade, os produtores diretos são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (MANZANO, 2013).

Em nossa sociedade, ocorre que uma classe se apropriou do meio de trabalho e da natureza, e com isso, consegue se apropriar do trabalho também, sem ter que trabalhar para isso. Essa classe, a burguesa, é detentora dessa riqueza previamente acumulada e a usa não para satisfazer suas necessidades individuais, mas para produzir mais riqueza, chamamos de capital. Enquanto a outra classe desapropriada dos meios de trabalho, possui somente a força de trabalho para sobreviver. Desta forma, a burguesia se apropria do novo valor produzido pelo trabalho. Ou seja, a burguesia fica cada vez mais rica, enquanto os trabalhadores ficam cada vez mais pobres. Vale lembrar que só o trabalho vivo (o trabalhador), agrega valor novo ao produto, ao trabalho morto (meios de produção: máquinas, matéria

prima) temos como exemplo, a mais-valia, que seria o “lucro” dos capitalistas e que é produzido pelos trabalhadores na jornada de trabalho, sem eles perceberem. Ou seja, se um operário trabalha oito horas de trabalho, nas quatro primeiras horas ele já produz o que é necessário para arcar com o seu salário, mas o que acontece com as outras quatro horas restantes? O capital se apropria.

Logo, tudo isso impacta diretamente no dia a dia do exercer profissional dos assistentes sociais que atuam diretamente com a classe trabalhadora, que recebe o mínimo e precisa se conter com as desigualdades. Diante do exposto no curso desse estudo, percebemos que o profissional apesar de lutar pela emancipação humana, se ver barrado diante desse sistema capitalista que o limita cotidianamente.

Lisboa (2015) sinaliza um dos fatores para a predominância de mulheres historicamente na profissão, no qual ela aponta que a doutrina social da Igreja, demarcou na construção da profissão que “o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim ‘naturalizando’ a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres” (p. 67).

No relatório *Gênero e Pobreza no Brasil* de Hildete Melo (2015) se nos atentarmos para posição das mulheres no seio da família, ressalta-se a importância da chefia familiar feminina. Sendo uma informação significativa, pois, estas famílias são mais vulneráveis à pobreza. Seja por motivo das dificuldades das mulheres de conseguirem conciliar o trabalho fora de casa com as tarefas domésticas, como também pelos menores rendimentos deixados para elas. Portanto, o mundo do trabalho é um âmbito importante para esta análise:

As diferenças entre os sexos iniciam-se na distribuição da população ocupada, porque as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Uma outra questão importante refere-se ao peso da execução de trabalho não remunerado, cuja participação feminina é quase o dobro da masculina e reforça o caráter precário das ocupações femininas, mas que não possível tratar neste estudo (MELO, 2015, p. 34).

A diferença entre os salários femininos apresentam em na sua maior disparidade, sendo a renda média e a mediana feminina inferiores a masculina em todos os tipos de famílias. A desigualdade de rendimentos é uma realidade para todas as mulheres. Não fazendo de forma redundante, é evidente que existem diferenças entre as mulheres, bem como para os homens entre si. Observando a renda média nota-se que as mulheres diferem rendimentos de cerca de 70% dos masculinos. Considerando a mediana estes ganhos são de cerca de 66% dos recebidos pelo sexo masculino (MELO, 2015).

4. Considerações Finais

Considerando a discussão realizada, compreende-se que a categoria gênero faz-se fundante na profissão dos (as) assistentes sociais, pois se precisa problematizar as implicações da feminilização da profissão e as construções sociais que rodeiam o exercer profissional desde a origem da profissão até os dias de hoje. Precisamos problematizar o porquê ainda não se conseguiu um piso salarial, por exemplo. Os motivos pelos quais a profissão continua majoritariamente feminina. Entre outras questões que precisam ser levantadas.

Vale ressaltar, que a presença feminina na profissão trouxe muitos pontos para a construção de uma profissão ímpar ao se referir em lutas prol à igualdade de gênero, principalmente, quando se refere aos usuários desta profissão que a maioria se constrói enquanto mulheres também.

Porém, ainda se tem uma profissão heterogênea que apesar da renovação do curso, ela ainda se constitui conservadora em seu fazer. Atingindo diretamente os usuários que são reféns dessa problemática do Serviço Social.

5. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no contexto da crise capitalista**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith Butler: Tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em 14/05/2018.

CRESS–PR. Legislação Social. **Cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. 2ªed. Atualizada. Curitiba (PR): CRESS 11ª Região, 2007, p. 7-8.

IAMAMOTO, **O Serviço Social na cena contemporânea**. CFESS/ABEPSS (Orgs) Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=23&dados=0>>. Acesso em 14/05/2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida.** In: Estudos & pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE; 2007.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis.** Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

_____, Teresa Kleba. Feminismos, Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social. In: Marlene Teixeira Rodrigues, Maria Elaene Rodrigues (Organizadoras). (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade: desafios para o Serviço Social.** 1ed. Brasília: Editorial Abaré, 2015, v. 1, p. 73-100.

MANRIQUE, Manuel Castro. **História do Serviço Social na América Latina.** 8ª edição, São Paulo: Cortez/CELATS, 2007.

MELO, Hildete Pereira de. **GÊNERO E POBREZA NO BRASIL.** Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe, 2015.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero,** publicado na Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, 2000.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** *Topoi (Rio J.)* [online]. 2011, vol.12, n.22, pp.270-283.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica** – Joan Scott (1989). TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.